

A COPA DO POVO E O VALE DO LÍRIO: duas experiências sob o olhar etnográfico “de perto e de dentro”

José Guilherme Cantor Magnani

Professor titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNau/USP).

Resumo:

Este artigo propõe-se apresentar, analisar e comparar duas experiências, uma na cidade de São Paulo, a Ocupação Copa do Povo e outra no interior do Rio Grande do Norte, o Assentamento Vale do Lírio, no município de São José do Mipibu, ambas protagonizadas por movimentos sociais, a partir de relatos de campo realizados em diferentes contextos de experimentação etnográfica. Trata-se de uma perspectiva de análise no campo da Antropologia Urbana com base em categorias – pedaço, mancha, trajeto, circuito e pórtico – desenvolvidas ao longo de pesquisas realizadas no Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. No caso deste artigo, o marco conceitual de referência é dado pela distinção estrutural entre os termos “acampamento” e “assentamento”, aplicados respectivamente aos dois casos analisados.

Palavras-chave: Antropologia Urbana. Etnografia. Acampamento. Assentamento.

THE COPA DO POVO AND THE VALE DO LÍRIO: two experiences under the ethnographic look “from close up and within”

Abstract:

This article intends to present, analyze and compare two social movements experiences based on field reports conducted in different contexts of ethnographic experimentation. One is from the São Paulo city, called the Ocupação Copa do Povo, and the other from the interior of the State Rio Grande do Norte, the municipality Sao Jose do Mipibu, called Settlement Vale do Lírio. The analytical perspective is located within the field of Urban Anthropology based on categories – *pedaço*, patch, route, circuit and gateway – developed through research conducted at the Laboratory of Urban Anthropology at the USP. More specifically, the conceptual frame of reference is given by the structural distinction between “encampment” and “settlement” applied respectively to the two cases analyzed.

Keywords: Urban Anthropology. Ethnography. Encampment. Settlement.

Introdução

Este artigo propõe-se a apresentar, analisar e comparar duas experiências, uma na cidade de São Paulo e outra no interior do Rio Grande do Norte – ambas protagonizadas por movimentos sociais –, a partir de relatos de campo realizados em diferentes contextos

de experimentação etnográfica¹. Antes, porém, de passar a descrever os dois casos, a ocupação Copa do Povo, em (São Paulo, capital) e o assentamento Vale do Lírio (no município de São José do Mipibu, no Rio Grande do Norte), cabe expor os pressupostos que servirão de quadro de referência.

Trata-se de uma análise com base em categorias e conceitos desenvolvidos ao longo de pesquisas realizadas no Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (LabNau/USP). O contexto de experimentação e desenvolvimento dessas categorias teve como laboratório, durante um longo período, a capital paulistana com toda sua complexidade e em sua escala de megacidade.

O desafio era justamente aplicar o legado conceitual e metodológico da antropologia, desenvolvido ao longo de uma tradição de pesquisa em sociedades de pequenas dimensões, a outro contexto: como fazer etnografia em um aglomerado de 17 milhões de habitantes? Como aplicar aí, com proveito, a observação participante? Como estabelecer recortes consistentes de observação sem cair no perigo que denominei de “a tentação da aldeia” – isto é, tentar replicar as condições supostamente canônicas da pesquisa de campo antropológica na paisagem heterogênea e multifacetada desta metrópole?

Inúmeras pesquisas sobre festas, religiosidade, lazer, cultura jovem, equipamentos urbanos, práticas corporais, empreendidas por membros do LabNAU, dedicaram-se a esse mister; cabe levar adiante a experimentação, neste caso tentando comparar duas experiências de apropriação do espaço e estabelecimento de formas de habitação², uma claramente urbana e outra em contexto rural. A discussão sobre as formas estruturais “acampamento / aldeia / cidade” constitui o quadro mais geral que servirá de referência para a busca das devidas distinções.

A primeira experiência: a Copa do Povo

Aproximadamente um mês antes da abertura da Copa do Mundo, nos arredores do estádio Arena Corinthians – mais conhecido por Itaquerão, por causa do nome do bairro onde está situado – o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) de São Paulo

¹ O texto que segue, com base em dados de duas ocupações – Copa do Povo, em São Paulo, e Vale do Lírio, em Natal – é parte de um trabalho mais amplo que tem como referência um conjunto mais variado de etnografias sobre ocupações: “Comunidade Cantagallo” da etnia Shipibo, em Lima (Peru), “Parque das Nações Indígenas”, bairro Tarumã, em Manaus e ocupação “Chico Mendes”, bairro do Morumbi, em São Paulo.

² Com a conotação de *dwelling* em Tim Ingold (2005).

protagonizou uma ocupação à qual deu o nome de “Copa do Povo”, na linha dos protestos contra as obras ditadas pela Fédération Internationale de Football Association (Fifa) para a realização do evento.

Tudo cuidadosamente preparado na época: a denominação e principalmente a escolha do terreno. Era uma área de 155 mil m², abandonado há décadas, pagando uma taxa ínfima de imposto territorial por conta de um artifício que a caracterizava como zona rural – claramente, mais um dos tantos casos de especulação imobiliária na capital paulistana.

O planejamento incluía a discussão entre os militantes sobre mais uma iniciativa do movimento, a articulação com os ocupantes, limpeza da área, aquisição das lonas de plástico e recolha de caibros, ripas e outras sobras de madeira em construções vizinhas para levantar os barracos. Enfim, nada que lembrasse a cobertura da mídia sobre esses movimentos, habitualmente caracterizados como espontâneos, caóticos, desorganizados.

Por coincidência, nesse primeiro semestre de 2014, eu ministrava uma disciplina no Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP), “A dimensão cultural das práticas urbanas”, com presença de alunos de várias áreas: Ciências Sociais, História, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Comunicações etc. Já estava mesmo na hora de propor um exercício de campo, e lá fomos nós para Itaquera, no dia 7 de junho, sábado, para uma “experiência etnográfica”.

A proposta era

[...] visitar e comparar três equipamentos bem diferentes, em forma e função, mas todos de grande porte na Zona Leste, mais precisamente na região de Itaquera, e de certa forma ligados ao evento da Copa: as estações do metrô Artur Alvim e Itaquera com os pontos de acesso ao estádio Arena Corinthians, o SESC/Itaquera com a exposição “O Drible” e, finalmente, a ocupação do MTST “Copa do Povo”, que dista 3,5 km do estádio. Apesar de havermos combinado que o grupo iria percorrer todo o trajeto, cada integrante podia priorizar um dos equipamentos para observação e relato: eu optei pela ocupação. (Relato de Campo - J. Guilherme Magnani, 14/06/2014).

Figura 1 - Os prédios decorados com motivos da Copa



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 2 - As obras de acesso



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3 - Entrada oeste do *Itaquerão* – “Arena Corinthians”, ainda inacabado



Fonte: Arquivo pessoal. Foto: Regiane C. Galante

Figura 4 - A ocupação



Fonte: Arquivo pessoal

Foram várias idas a campo por parte de alunos inscritos na disciplina, desde a primeira, no dia 7 de junho (a ocupação ocorreu na madrugada de 2 de maio de 2014) até a última, no dia, 31 de agosto, resultando num *corpus* bem completo de relatos: 22, ao todo. Funcionários do Serviço Social do Comércio (Sesc) que faziam o curso, por exemplo, optaram por registrar preferencialmente as modalidades de lazer; os estudantes de arquitetura e urbanismo esboçaram croquis do acampamento e descreveram a estrutura dos barracos; os cientistas sociais entrevistaram as lideranças e se voltaram para as formas de organização e gestão do dia a dia; todos, porém, imbuídos da perspectiva “de perto e de dentro”, própria do olhar etnográfico, e interessados na dinâmica interna do acampamento e sua relação não só com o entorno, mas com a própria cidade³.

A seguir, trechos da conclusão da segunda visita, em meu relato de campo:

Retomando o propósito da expedição etnográfica aos três equipamentos, conforme anunciado no começo do relato, pode-se, ao término deste segundo exercício de campo, caracterizá-los como três manchas na paisagem desta parte da cidade, para usar a terminologia trabalhada em aula. A primeira é formada pela estação Itaquera do metrô e suas novas vias de acesso – passarelas, escadas, ruas – mais o prédio da FATEC-Itaquera (Faculdade de Tecnologia) e o próprio estádio Arena Corinthians. De acordo com a definição de mancha – “área contígua do espaço urbano dotada de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam, cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando uma atividade ou prática predominante” – a primeira delas se caracteriza pela circulação no interior do espaço criado pela confluência desses três equipamentos com gente vendendo, comprando, se deslocando para atividades de lazer, estudo, trabalho. [...].

A segunda mancha é formada por uma só instituição, a sede do SESC Itaquera estruturada, porém, em torno de vários equipamentos: parte administrativa, conjunto aquático, quadras poliesportivas, ginásios internos, salas de convivência e exposições. Trata-se de uma unidade consolidada e com uma vocação explícita, a prática do lazer em suas várias modalidades; e mais uma vez, a alternância de dias/horários de observação certamente permitirão modificar essa aparente homogeneidade mostrando, por exemplo, distintos usos, não previstos – os trajetos de seus usuários e, quem sabe, a presença de alguns pedaços formados por grupos específicos de frequentadores.

A terceira mancha, mais recente e igualmente estruturada – talvez, em seu início, possa ter sido considerada um pátio no interior do Jardim Helian – é a ocupação “Copa do Povo”. Logo, porém, terminou conformando uma mancha com uma função bem definida, transformando um vazio urbano em acampamento de moradia para, segundo negociações em andamento com o poder público, dar lugar a um novo bairro. Pode-se assinalar a presença de outra mancha, o Parque do Carmo que, entretanto, não foi objeto de observação nessas duas idas a campo; foi lembrado por alguns expedicionários pela florada das cerejeiras, no outono...

A escolha dessas três manchas deveu-se ao fato de todas elas terem alguma relação com o evento da Copa do Mundo; o propósito era perceber a especificidade de cada uma e a possível articulação delas entre si. O que se viu foi, ao menos na primeira e na última, a formação de um novo cenário, atraindo novos atores, com comportamentos induzidos por novas regras; certamente a outra, a do SESC, não ficará inerte a essa nova configuração,

³ Este artigo tem como base meus relatos de campo e os de Marciano Kappaun, Elaine Moraes de Albuquerque, Joelma Melo da Silva e Jung Yun Chi. Os relatos dos demais participantes foram consultados e, quando for o caso de uma referência mais direta, serão citados.

cuja dinâmica só uma pesquisa de mais longa duração poderia descrever em detalhes. O certo é que, na paisagem urbana da metrópole, depois da Copa, uma parte da zona leste não será a mesma. Resultado de múltiplos fatores – alguns induzidos pelo poder público, outros imprevistos e até mesmo não desejados, por iniciativa de movimentos sociais – seria esse um dos tão falados “legados” da Copa? A conferir.... (Relato de Campo - J. Guilherme Magnani, 14/06/2014).

O Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST): histórico do movimento⁴

No final dos anos 1980, eram já atuantes organizações como a Central de Movimentos Populares, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). O Movimento dos Trabalhadores sem Teto, contudo, surgiu quase duas décadas depois, em 1997, expandindo-se a partir de 2006; em 2007, estrutura-se a Resistência Urbana, frente nacional que congrega vários desses movimentos. Em 2012 ficou nacionalmente conhecida a ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), pela violência que caracterizou a reintegração de posse.

No ano seguinte, coincidindo com o Movimento Passe Livre (MPL), ocorreram dezenas de ocupações em bairros da periferia da capital paulistana: Paraisópolis, Grajaú, Parque Ipê, Jardim Ingá, Parque do Gato, Jardim Pantanal, Sacomã, Jardim Ângela, entre outros. Só nesta última, Jardim Ângela, a ocupação Nova Palestina mobilizou 8 mil famílias.

Para o MTST, os seus “sem teto” não são moradores de rua, mas trabalhadores de baixa renda, inseridos de forma precária no sistema produtivo, fora do campo de atuação do sindicalismo, morando em áreas de risco na periferia, em regime de coabitação ou comprometendo parte substancial de sua magra renda em aluguel: sociologicamente, são classificados como “subproletariado”. Na ocupação João Cândido, por exemplo, na Zona Sul de São Paulo, das 5.200 pessoas, 71 % eram de trabalhadores temporários, informais ou desempregados; 26%, trabalhadores com emprego regular; 3% eram aposentados ou pensionistas. Diante de acusações de vandalismo, os dirigentes do movimento costumam distinguir entre *invasão* e *ocupação*: esta última é considerada legítima, tendo como base e argumento a função social da propriedade garantida pela Constituição.

A principal característica do MTST e pela qual se diferencia de outros movimentos sociais de peso, como o próprio MST, é sua posição de independência em relação aos partidos políticos, mesmo os de esquerda, e de questionamento das políticas

⁴ Muitos dos dados usados neste item tiveram como referência o livro *Por que Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto*, de Guilherme Boulos (2014), líder do Movimento.

do governo petista, em especial quanto ao programa Minha Casa Minha Vida. Lançado em 2009, o programa envolveu, na sua primeira fase, segundo dirigentes do movimento, 34 bilhões de recursos públicos em favor de empreiteiras – o setor mais favorecido, juntamente com o agronegócio, pelo “lulismo”.

Citando análise de André Singer (2012), em que aparece a expressão acima, o MTST reconhece que sua base social é a mesma do governo petista, o já referido subproletariado. Tradicionalmente alinhado a políticos conservadores, esse segmento teria sido cooptado pelo governo a partir de medidas e programas como o Bolsa Família, o acesso ao consumo, crédito facilitado – devido à, então, favorável conjuntura econômica internacional – mas sem tocar nos interesses do capital.

Sem dúvida, foram medidas que representaram alguns avanços para o trabalhador, mas ao contrário do que prognosticava Singer, não significou a extinção dessa categoria nem sua ascensão social de forma duradoura. Desta forma, o MTST não se considera um movimento só por moradia: definindo-se como anticapitalista, prefere ocupar áreas na periferia e não em imóveis ociosos no centro da cidade, porque entende que, nesse caso, correria o risco de ficar ilhado, sem poder construir referências e formas de organização com esse segmento social, para além da simples ocupação.

Daí a cuidadosa articulação de suas ações: todas as ocupações seguem um “protocolo” que inclui, em primeiro lugar, uma verdadeira pesquisa prévia para decidir sobre a viabilidade da iniciativa – as imposições e limitações colocadas pelas leis de zoneamento da área, a situação jurídica do terreno, se está em dia com as taxas e impostos devidos, o histórico (e eventuais problemas) de sua titulação etc.

Uma vez decidida, a ação física é imediata: equipados com o “kit ocupação” – basicamente formado pela inconfundível lona preta de plástico e bambus, além de ripas e caibros colhidos em canteiros de obras em construções vizinhas – militantes e interessados se instalam, implantando os primeiros barracos, geralmente na madrugada, produzindo, assim, rapidamente, uma situação de fato.

A primeira medida é delimitar a área central para realização das assembleias, das programações culturais (teatro, música) e também para o lazer (encontros, partidas de futebol, folguedos infantis); em seguida, levanta-se o centro de formação junto com a cozinha central, espécie de “espaço multifuncional” e, aos poucos, vão se agregando os novos barracos.

A ocupação “Copa do Povo”

O terreno escolhido para essa ocupação – assim denominada em alusão direta à Copa do Mundo, cujo jogo de abertura seria justamente no estádio Arena Corinthians, a 3,5 km de distância – está situado na gleba Pêssego, Zona Leste da cidade de São Paulo, em nome da Incorporadora Viver, como propriedade rural, o que lhe garantia, segundo os dirigentes do movimento, um imposto de 57 reais ao ano. Após dois meses de preparação, com a ajuda de assessoria técnica, a ocupação foi deflagrada na madrugada do dia 2 de maio de 2014; assim, quando começou a etnografia, um mês mais tarde, estava já consolidada e com negociações com o poder público – basicamente, a Prefeitura Municipal e a Câmara dos Vereadores, onde transcorria a discussão sobre o plano diretor – bem adiantadas.

Figura 5 - Os limites do acampamento: junho de 2014



Fonte: Google Earth

Foi possível, então, registrar não apenas os elementos constitutivos de sua implantação, mas também a dinâmica cotidiana. Fundamentalmente, seguindo o “protocolo”, a organização de base consiste na divisão dos ocupantes e seus barracos em grupos, cada qual com sete coordenadores, tendo como referência as cozinhas coletivas – neste caso, eram 8: G1, G2, G3, e assim por diante.

A área central, na parte mais plana do terreno – ponto de encontro cotidiano dos ocupantes, e destinada às assembleias e programas culturais – abrigava, além do centro de formação, a cozinha central e o palco, e uma horta medicinal.

Figura 6 - Ao fundo, a cozinha coletiva, o centro de formação e, à direita, a horta



Fonte: Arquivo pessoal

Faz parte ainda dos primeiros cuidados a construção de banheiros contíguos a cada cozinha, o fornecimento de água por meio de um ponto localizado na parte de cima do acampamento, de modo que o abastecimento das cozinhas e limpeza dos banheiros tem de ser feito com recipientes – baldes, latas; o mesmo se dá com a energia elétrica, um só ponto, evitando a proliferação de “gatos”. Não é permitido equipar os barracos com utensílios domésticos de grande porte tipo geladeira, fogão. A exceção fica por conta das cozinhas e do centro de formação, que serve também como depósito. Essa regra, juntamente com a proibição de colocar cadeados e o uso de materiais mais duradouros como madeira, telhas etc., integra a regra de ouro de um “acampamento” – seu caráter de provisoriedade.

De acordo com os dirigentes, a ocupação Copa do Povo teve a participação de 1.000 famílias ou, numa outra base de cálculo, 5.000 pessoas. Chamava atenção, contudo, durante nossas visitas, a quantidade de barracos vazios ou mesmo abandonados. A explicação era que nem todos os ocupantes ficam no acampamento, porque trabalham e só retornam à noite; já outros mantêm seu domicílio de origem: o importante é demarcar o território e “dar presença” nas assembleias diárias, nos atos coletivos e, assim, garantir-se na “luta” – ou seja, ter direito a ser cadastrado para a futura casa.

Também chamavam atenção os barracos “exemplares”, tipo “demonstração” – muito bem arrumados, aconchegantes... –, que o guia escalado (visitantes não circulam desacompanhados) fazia questão de exibir. Alguns ostentavam o nome dos ocupantes, outros tinham cintas plásticas coloridas ou fosforescentes – enfim, criatividade não faltava. Mas dentro das regras: nada de móveis incompatíveis com as dimensões padrão dos barracos, nem portas, cadeados. Se bem que....

[...] caminhando próximo da valeta, fomos abordados pelo Sr. João, um pedreiro de 69 anos. Ele queria nos mostrar alguns recibos de alugueis do ano de 2012, cujo valor era de R\$400,00 mensais. Ele afirmou que apesar de ocupar um barraco ali no acampamento, ainda pagava aluguel no Bairro Imperatriz (próximo da área) no valor de R\$300,00. Ele insistiu para mostrar seu barraco e nós o acompanhamos. Ao chegarmos ao seu barraco, percebemos que fugia da padronização da maioria e chamavam a atenção alguns aspectos muito similares ao de uma “casa permanente”: (i) a distribuição dos ambientes – tinha uma clara divisão entre “área íntima, composta por dois quartos, o dele e o da filha; e a “área de convivência” que possuía bancos de madeira instalado em forma de “U”; apesar de ser uma área coberta, não tinha fechamento com lonas, e se diferenciava da área íntima por desníveis; (ii) a escolha de elementos construtivos - mesmo sendo um barraco de plástico preto, os quartos possuíam porta e cadeado. Cabe dizer que esse não é o único caso, vimos outros barracos que usavam portas e fechaduras; (iii) a escolha de elementos de decoração - nas portas foram instaladas persianas de madeira e o nos quartos tapetes sobre a terra batida. (Relato de Campo, Elaine Moraes de Albuquerque, 22/06/2014).

Ou seja, apesar da recomendação para que os barracos fossem padronizados, em muitos deles era visível a vontade de marcar uma certa diferença, deixar a marca pessoal – uma “semente de casa”, como terminaram sendo denominadas essas iniciativas.

Figura 7 – Barracos do acampamento



Fonte: Arquivo pessoal

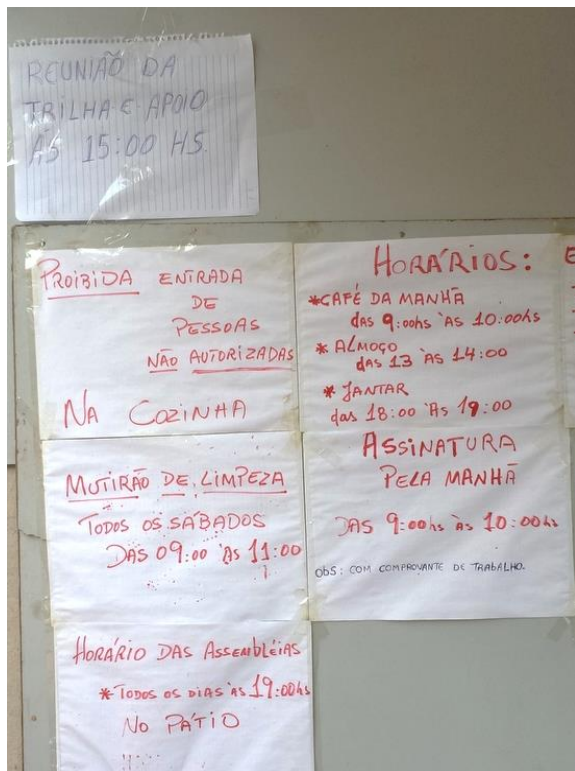
Há também os que passam o dia no acampamento e retornam aos seus domicílios de aluguel ou vão para as casas de parentes para dormir, pois há que se reconhecer que o frio, o vento e a umidade também “dão presença” nos frágeis barracos de lona.... São duras as condições de vida no acampamento: disciplina, empenho e compromisso são condições para manter a vida coletiva aí: os elementos descritos a seguir constituem alguns dos pilares desse modo de vida, que se sabe transitório.

As cozinhas, as trilhas e “dar presença”

As cozinhas constituem os núcleos estruturantes do acampamento. Além da função básica – estocar mantimentos, preparar e servir as três refeições para os ocupantes de sua área de jurisdição –, constituem pontos de referência das atividades e espaços de convívio; ao seu interior, apenas cozinheiros e coordenadores têm acesso. Os alimentos vêm por doação dos próprios ocupantes, de entidades e até das feiras livres. Dois cardápios saboreados por membros do NAU, durante a etnografia: arroz, feijão, carne moída, batata. O outro: arroz, feijão, berinjela à milanesa e polenta cozida. Cada cozinha

estampa, na forma de homenagem, a foto de um operário falecido em acidentes na construção dos Estádios da Copa.

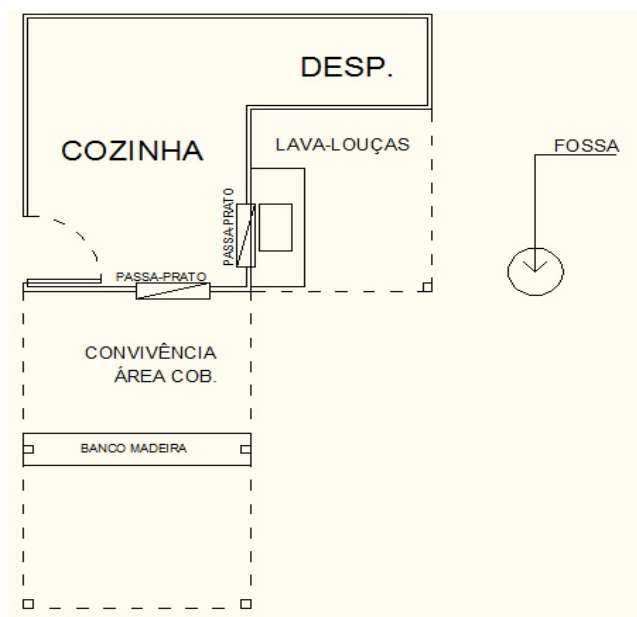
Figura 8 e 9 – Uma “semente” de casa



Fonte: Arquivo pessoal



Figura 10 - Croquis da Cozinha G2



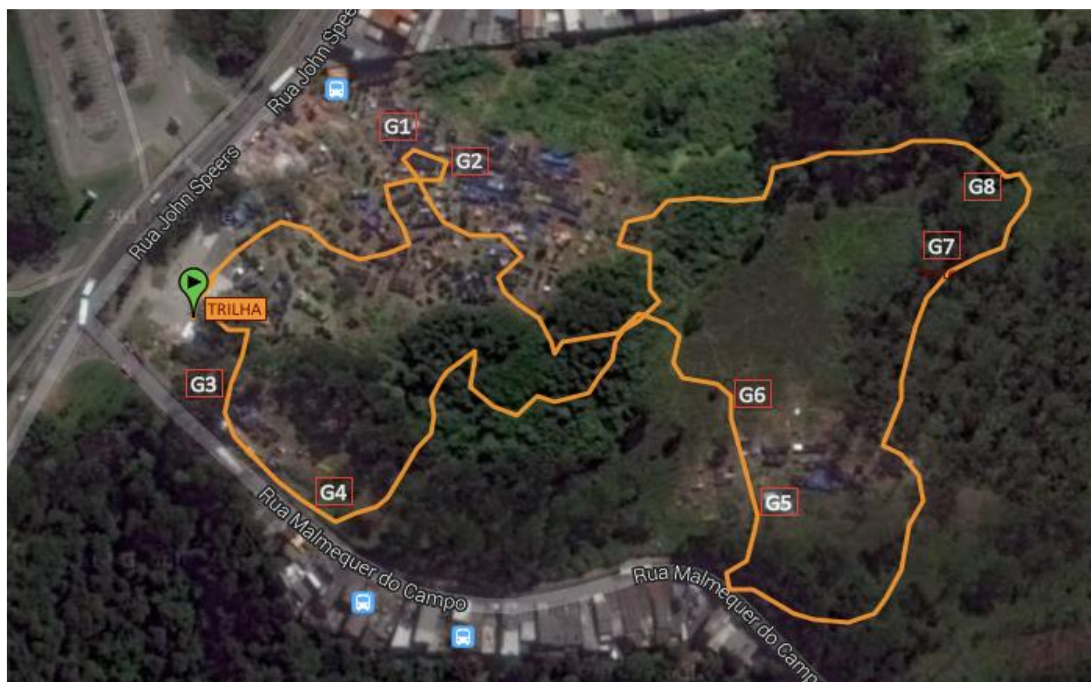
Fonte: Elaborado por Elaine Moraes

Figura 11 - Uma trilha



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 12 - A localização das cozinhas e o percurso das trilhas



Fonte: Arquivo pessoal

As trilhas, por sua vez, constituem o segundo elemento que garante a dinâmica do cotidiano no acampamento. Toda noite duas equipes se revezam em turnos, uma das 22h00min até as 03h00min e outra das 03h00min até o amanhecer, percorrendo as estreitas vielas entre os barracos. O objetivo é velar pelo cumprimento da regra do silêncio que, de segunda a sexta-feira, se faz valer a partir das 22h00min e, aos sábados, a partir das 03h00min. Na caminhada, os trilheiros não usam lanternas, não adentram os barracos, atentam para que as fogueiras – usadas para aquecer, iluminar e agregar com as conversas ao pé do fogo – já estejam apagadas. Cuidam também para coibir possíveis casos de violência e roubos – os “ratos de barraco” – e uso de drogas. Algumas das trilhas ostentam nome de ruas da como Rua Direita, Avenida Brasil.

É de se imaginar o cuidado com a segurança, num ambiente apinhado e construído pelos frágeis barracos de lona: qualquer deslize seria prato cheio para a mídia, atenta para delatar os “abusos dos vândalos”... Nessa mesma linha, a disciplina é um valor muito prezado: um ocupante foi desligado do acampamento por problemas advindos do consumo de álcool, e os trilheiros discutiam o risco de ele “perder a luta”, mais ainda sob a suspeita de que a namorada dele estava “passando o pano” – ou seja, abrigando-o em seu barraco. Muitas são os causos colhidos durante as trilhas; Marciano, pesquisador que participou dessa prática, narra alguns em seu relato de campo:

Aos poucos chegaram alguns trilheiros, ficamos com um grupo um pouco mais de 10 pessoas. Na saída da trilha fui orientado para ficar na base no local da fogueira. Nisso chega um entregador de pizza pedindo ajuda, afirmando que uns meninos pediram duas pizzas lá no G5 e pagaram com uma nota de cem reais falsa. Quando ele percebeu isso, voltou na tentativa de resgatar o seu prejuízo, porque ainda deu de troco mais de quarenta reais, “nóis trabalha por comissão e o patrão desconta de mim esse 100 real”. Ele deixa a moto e caixa térmica ali, sobe até o local a pé pela rua acompanhado pelo Alemão e o Israel. Depois de uns 20 minutos eles retornam. Apenas encontraram uma caixa vazia ao lado da cozinha do G5. O entregador sai decepcionado, mas agradece muito a atenção dada a ele, inclusive prometeu trazer uma pizza um dia destes para o pessoal da tilha. Interessantes foram as conversas em torno da fogueira. Rafael, coordenador do G3 chega se apoiando em um cabo de vassoura e quando outra pessoa quer pegar dele “não pega não ‘parça’, tô moído”, perguntaram porque e ele explicou que estava “quebrado”, os santos dele desceram na madrugada anterior quando ele estava no barraco “um veio para me ajudar e outro pra me atormentar... queria sair do barraco pra aprontar, fazer confusão, mas não deixei não”. Quem era? “O Exú Caveira... depois que esse daí saiu, fiquei quebrado”. Leonardo fala que “pra descer é só cantar um ponto”. Como é isso? “É assim...” Outro trilheiro, Israel, diz: “não chama isso daí não”, aí o Leonardo ficou quieto. É uma conversa sobre não acreditar, mas respeitar. O “Boca” diz que não consegue dormir depois que um dia viu o cachorro chorar no acampamento, risos... “É sério, ‘parça’, olha aí, chega arrepiar”. O Leonard volta ao assunto, enquanto isso o Elvis fala “Tenho medo desses negócio”, ele e o Boca saem da roda da fogueira. (Relato de Campo, Marciano Kappaun, 13/07/2014).

Conscientização, “dar presença”, disciplina, perder a luta: tal é o vocabulário que permeia as discussões, conversas e também as reuniões dos coordenadores, todas as noites, antes da assembleia, quando os ocupantes assinam as listas de presença, em cada grupo, assim como nas filas para cadastramento com os funcionários da Prefeitura.

Não obstante as críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), do qual fazem questão de se diferenciar, assim como de partidos mesmo de esquerda como Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e também de outros movimentos sociais como o MST, os dirigentes mantêm contato com a gestão do prefeito Fernando Haddad e com a Câmara dos Vereadores, na discussão do plano diretor. O leque de alianças da Copa do Povo incluiu organizações da sociedade civil como a imprensa, coletivos estudantis, de saúde, grafiteiros, o Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), uma paróquia de Itaquera. Sempre bem-vinda é a imprensa, assim como pesquisadores: “Você é de que jornal? Onde vão sair as fotos? Vai postar no *Facebook*?” Uma das pesquisadoras, a arquiteta Elaine, era conhecida como “a moça da ONG”; Marciano era “o fotógrafo” e Jung, também

arquiteta, foi, ela própria, entrevistada: “Você é chinesa? japonesa?” (Relato de Campo, Elaine Moraes, 02/07/2014 e Jung Yun Chi, 02/07/2014).

Cuidados e estratégias

Sob a constante mira da imprensa, do judiciário, das incorporadoras, era preciso cercar-se de muito cuidado. A começar pela escolha do terreno, geralmente com alguma brecha jurídica, levantada para justificar a decisão de ocupar. No caso da Copa do Povo, uma das precauções foi respeitar a área de proteção ambiental, sem nenhum corte das árvores: “Nós não permitimos nem mesmo amarrar fio de varal”, observou uma liderança (Relato de Campo, Elaine de Moraes, 02/07/2014); outra foi em relação aos limites da faixa da linha de transmissão de energia, na parte alta do terreno oposta à da entrada. Os dirigentes faziam questão de diferenciar-se do que consideram invasão ou mesmo “ocupação desorganizada”: este último caso – que fomos convidados a visitar, ali ao lado, no Jardim Helian – caracteriza-se pela demarcação individual de lotes, cada qual faz sua casa, algumas até de alvenaria, mas sem um plano comum, e o esgoto corre a céu aberto. A presença de traficantes é visível – fomos orientados a não fotografar.

O último dia

A ocupação durou até o dia 31 de agosto de 2014: era um domingo e logo de manhã lá estávamos para participar da última reunião da liderança, uma espécie de ritual de despedida. Foram dadas as últimas instruções, uma vez que, na segunda-feira, passariam as máquinas da prefeitura para limpar o terreno com vistas às obras do prometido conjunto residencial, conforme as negociações com a prefeitura e a inclusão do projeto no Plano Diretor aprovado pela Câmara dos Vereadores. Josué, que presidia a reunião, abriu uma rodada para saber se todos já tinham para onde ir, tendo em vista a iminente desocupação do terreno:

[...] Todos arrumaram lugar para ir? Tem alguém sem destino, ainda? – No G1 ainda está lá o sr. Pedro; no G2: um rapaz, mais Gláucia e as crianças que aguardam carro para tirar suas coisas; G3: há 7 pessoas sem lugar para ir; G4: 3 pessoas precisam de um lugar provisório; G5: ninguém precisa; G6: um casal; G7: apenas um senhor, sem parentes, que não tem mesmo para onde ir; G8: 4 pessoas. Uma alternativa, provisória, para quem não tem para onde ir são as ocupações Vila Nova e Palestina, esta em M’boi Mirim, que tem

barracos, mas não dispõe de colchões. “Lembrem, às 10:00, quando começar a marcha, não pode ter mais ninguém” – insistiu Josué. E prosseguiu: “Estamos aqui desde o dia 03 de maio de 2014. Ontem foi a avaliação, sobre o que a gente fez. Hoje, é olhar para a frente, pois a luta não acabou”. Propôs, então, uma vivência (resquício das “místicas” do MST?), entregando aos presentes um conjunto de três folhinhas de papel onde estavam desenhadas três malas. A proposta era escrever nos papezinhos três sonhos, ou três objetivos, desejos que cada um tem ao sair dessa ocupação. Então os presentes – incluindo eu e Marciano – tratamos de redigir os três desejos. Cada um foi convidado a ler em voz alta o conteúdo de uma das malas, o desejo que considerava mais importante.

Figura 13 – Escrevendo sonhos



Fonte: Arquivo pessoal

Seguiam as instruções:

Imaginem que vamos sair dessa ocupação num pau-de-arara, uma nova viagem.... Temos de caber todos no caminhão, mas os sonhos são grandes, as malas estão pesadas. Vai ser preciso deixar uma das malas para trás.” Então todo mundo teve de descartar um dos desejos... e o papel, com o sonho considerado menos importante, foi colocado no centro da roda. Prossegue: “Entramos com duas malas no pau-de-arara, mas furou o pneu, vamos ter de continuar a viagem a pé.... Mas duas malas é muito pesado, vai ser preciso deixar mais uma...” Mais uma vez todos tiveram de descartar outro sonho. “Contudo, apareceu um bando de cachorro que atacou o grupo e vai ser preciso deixar até mesmo esse último sonho”! Então todos os papeis foram recolhidos e colocados numa caixa de papelão. (Relato de campo, J. Guilherme Magnani, 31/08/2014).

Quando terminou a vivência, o coordenador convidou quem quisesse fazer uso da palavra a dar seu depoimento. Sucederam-se as falas, emocionadas. Para Agnes, por

exemplo, *“aquilo que parece ser uma perda, deixar as malas ou deixar os sonhos, significa seguir com pessoas, e isso é mais importante do que seguir sozinha. Viver coletivamente, começar uma nova luta”*. Outros falaram que era *“triste ver tudo derrubado, dava uma saudade danada, aqui houve amizade...”*. Gente chorando, se abraçando. *“Cada ocupação é uma escola”*; *“O sonho de cada um é o sonho de todos”*; *“Seguir adiante, permanecer juntos”*; *“O MTST é uma família, outras ocupações virão, tudo depende de nós”*. E por fim, a palavra de ordem: *“MTST: a luta é pra valer”*!

Foram distribuídos bombons com uma frase da militante revolucionária Rosa Luxemburgo (1918[2013]): *“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos jovens amigos, não é verdade?”* Terminado o encontro da coordenação, saíram todos para a assembleia que ia acontecer em seguida no pátio central da ocupação.

Figura 14 e 15 - Flagrantes e personagens na desocupação



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 16 e 17 - Flagrantes e personagens na desocupação



Fonte: Arquivo pessoal

O assentamento Vale do LÍrio⁵

Ao término das atividades da 29ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada em Natal (RN) em agosto de 2014, solicitei à Elisete Schwade (minha ex-orientanda de doutorado e integrante do NAU), professora de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que me indicasse uma ocupação ou assentamento perto de Natal; eu havia concluído recentemente uma inserção de campo no acampamento Copa do Povo em Itaquera (São Paulo) e tinha intenção de conhecer outras experiências para efeitos de comparação. Indicou-me um assentamento, já consolidado, que vinha estudando há tempo, e prontificou-se a levar-me até lá, além de apresentar-me a algumas lideranças.

Foi uma ótima maneira de terminar a ABA. Às 10 horas da manhã do dia 7 de agosto, conforme combinado, lá estava ela na porta do Hotel Ponta do Sol e com uma novidade: conseguira uma condução da UFRN para trazer-me de volta, após a visita.

⁵ Relato de Campo de J. Guilherme Magnani – Visita ao assentamento rural “Vale do LÍrio”, município de São José do Mipibu, região metropolitana de Natal (RN), quinta-feira, dia 7 de agosto de 2014, das 10 horas da manhã às 17 horas. .

Dirigimo-nos à saída da cidade, rumo à BR 101, em direção a João Pessoa e demais capitais da orla nordestina, e o primeiro município na rota era Parnamirim; uma placa indicando Monte Alegre era o sinal para deixarmos a BR e tomarmos, à direita, a rodovia RN 317. Após algumas tentativas para encontrar a entrada do assentamento, já no município de São José do Mipibú, a uns 31 km de Natal, finalmente divisamos a caixa d'água ostentando nosso destino: “Vale do Lírio”.

Figura 18 – A caixa d'água



Fonte: Arquivo pessoal

Trata-se de um dos primeiros assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, formado a partir da ocupação da Fazenda Novo Horizonte por 130 famílias no dia 17 de setembro, em 1997, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Mipibú, o Serviço de Assistência Rural (SAR) e até da Arquidiocese de Natal. A emissão de posse ocorreu um ano mais tarde, em 21 de maio de 1998.

Figura 19 – A rua principal



Fonte: Arquivo pessoal

Passando pelo portão da entrada, logo à direita, vê-se um templo da Assembleia de Deus; em frente, estende-se uma larga avenida circundada por casas de alvenaria. Detivemo-nos na frente da residência do Sr. Paulo e “Dona” Telúsia. Ele estava na varanda descascando vagens de feijão de corda e chamou a esposa, que tinha sido previamente avisada, no dia anterior, de nossa chegada. Na troca de cumprimentos, apresentei-me como professor da Elisete e *“eu estava ali para ver se ela tinha feito direitinho a lição de casa, para então avaliar e dar a nota...”*⁶.

Fui convidado para almoçar: feijão de corda, legumes, carne de bode, tomate cereja, suco de limão, frutas do pomar. “Dona” Telúsia também almoçou, de pé, rápido, pois tinha compromisso num curso que está fazendo em Natal, de matemática. Mostrou-me a casa, ampliada a partir da planta original que desenhou no meu bloco: toda de alvenaria, ressaltou. Na cozinha, destacava-se a geladeira, tinindo de nova. Seu filho, que acabava de sair do banho, sentou-se à mesa, um tanto atrasado para a escola, ele frequenta um estabelecimento particular. Tentei puxar prosa sobre futebol, mas ele não gosta; diz

⁶ Esse expediente, em tom de brincadeira, sempre surte bom efeito tanto por marcar a posição de professor – e não a de pesquisador que, em muitos casos é associado à de técnico, assessor, funcionário, que suscitam desconfiças – como por estabelecer uma certa hierarquia (professor/aluno, sempre valorizada). A partir daí, eu era sempre interpelado, com naturalidade, como “professor”.

que até torce pelo Santos, mas só por causa do pai. Prefere estudar, assegura sua mãe. “Dona” Telúcia é casada com Paulo, que já teve várias esposas e muitos filhos; com ela, era aquele rapaz, com 13 anos e uma moça que estuda aquicultura na UFNR.

Às 12 horas voltei para a varanda onde seu Paulo seguia debulhando feijões. Um rapaz surdo, morador de uma casa vizinha, estava ali, cumprimentando efusivamente todos que chegavam. Às 12h30min passou o caminhão de lixo; a toda hora circulavam carros de moradores; dois ônibus escolares estacionaram na praçinha do Centro de Atendimento Médico para apanhar estudantes que frequentam escolas fora, pois não há escolas na comunidade; havia também carretas puxadas a cavalo transportando produtos da roça.

Galinhas ciscavam na varanda e uma cachorra dormia sem se importar com a chegada de pessoas para a prosa: a toda hora aparecia alguém, sempre homens, e, no final da tarde, contei nove; se achegavam, cumprimentavam e escutavam atentamente os longos e entusiasmados relatos do Sr. Paulo, que parecia um patriarca ou chefe tribal, centralizando as atenções e falando sem parar sobre os mais variados temas; logicamente, o destinatário principal era eu, o professor.

Digna de nota era a estratégica posição em que se localizava: da varanda de sua casa, na esquina da avenida principal com a rua Vale do Sol Dourado, observava e controlava todo o movimento, cumprimentando os passantes, fazendo um gracejo, uma pergunta. Claro que não foi possível saber se este é um comportamento padrão, pois foi uma só tarde de observação, mas, pelo rumo da conversa, deu para perceber que ele é uma importante liderança, aliás, foi diretor da Associação de 1987 a 2000.

Entre outros temas, falou de um rapaz que levou tiro à queima roupa, num assalto, filho do Sr. Cosme, seu vizinho; relatou casos em que a polícia adentrou o assentamento perseguindo bandidos: por isso é que é preciso refazer o portão de entrada, senão qualquer um entra. Quando era diretor, impôs assembleia às 14 horas no sábado; depois, a pedidos, mudou para as 17 horas na quinta. Contou de suas andanças por São Paulo (1968), Paraná, Amazonas, Pará e de sua participação em várias ocupações.

Num dado momento, sol a pino, passou pela rua uma moradora, natural do Rio de Janeiro, a “carioca”, e ele brincou: – “O que é melhor: chuva ou sol”?

Figura 20 e 21 - Do posto de observação, a varanda da casa do Sr. Paulo



Fonte: Arquivo pessoal

A certa altura pedi licença e dei uma caminhada para ver as casas e tirar umas fotos. São casas grandes, todas de alvenaria, muitas delas cercadas por imensos muros. Há três igrejas, uma Assembleia de Deus, logo na entrada, à direita; no lado oposto, um pouco mais afastada, a Igreja Adventista e, no centro, a igreja católica: das três, é a mais simplesinha.

Figura 22 e 23 – As igrejas



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 24 – A igreja



Fonte: Arquivo pessoal

O campo de futebol fica ao lado da Igreja Adventista. Há também um posto de saúde; o Sr. Cosme, um dos vizinhos na prosa da varanda, mais tarde fez questão de me corrigir, trata-se de um centro de atendimento médico, pois se falar que é “posto de saúde” logo a prefeitura toma posse... Um vereador é que financiou a construção, com recursos próprios (gastou de 15 a 20 mil reais) depois de o médico que atendia no recinto da igreja ter sido expulso pelo padre, por distribuir pílula anticoncepcional...

Figura 25 – O muro



Fonte: Arquivo pessoal

Os lotes no perímetro residencial são relativamente grandes, medem 40 metros por 20. A avenida principal (que leva o nome de um ex-presidente, Manuel Faria) tem 20 metros de largura e é dividida ao meio por uma sucessão de mudas de palmeira plantadas numa espécie de vaso feito de manilhas de canalização cortadas transversalmente: no total, 16 vasos. De novo, chamaram-me atenção os imensos muros cercando as casas.

Figura 26 – O muro



Fonte: Arquivo pessoal

Pretende-se construir, com máquinas e material doados pela prefeitura, um canteiro central e implantar o fluxo de mão/contramão; as ruas paralelas, começando pela mais próxima da entrada, são: 1º de Maio, depois XV de Maio, Vale do Solo Dourado e, finalmente, 21 de Maio. O assentamento dispõe de água encanada e energia. Dos dois lados desse núcleo é possível ver as plantações, cujo acesso, contudo, se dá por uma estrada no fim da rua 1º de Maio. A área total é de 358 ha e a quantidade de casas é 62, a maior parte no centrinho do assentamento.

De volta ao “posto de observação”, a conversa prosseguiu e o tema do portão retornou, por necessidade de segurança: é motivo também de reivindicação feitas às autoridades do município. Daí passou-se para a saga para aterrar um barranco na beira da rodovia que passa em frente ao assentamento para construção de uma parada de ônibus. Motivo de uma longa narrativa, tinha como protagonista o tenente Milanez, do quartel militar sediado na rodovia 101, quem cedeu patrôas para o deslocamento de terra: foram

600 caçambas, assegurou o Sr. Cosme. Por fim a prefeitura emprestou técnicos e conseguiram resolver o problema, mas o tenente é sempre lembrado como o que atendeu de imediato ao pedido.

Segundo o Sr. Paulo, quem muito ajudou o assentamento foi o professor Paulo Palhano da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. Entre os lotes, há alguns arrendados, e que não produzem; e também por causa da quebra de preços, às vezes nem compensava tirar o produto da roça: a “mão” de milho estava a 3 reais; o quilo do feijão num dia estava a 1,80, depois 1,20 chegando até 0,80... – *“Na verdade a melhoria começou com Fernando Henrique, com o real, é preciso reconhecer, ainda que eu seja do PT”*. Aliás, foi em seu mandato que ocorreu a desapropriação deste terreno.

Foi a empresa Agro Exportadora Caliman S.A. que financiou a implantação do cultivo de mamão e, nessa época, o Vale do Lírio foi considerado o segundo melhor assentamento do Brasil, sempre segundo o Sr. Paulo. Foi também a primeira área a ser desapropriada em região de cana, perigosa, cheia de capangas. Outro relato foi sobre o enfrentamento com dois rapazes que tomavam banho dentro da caixa d’água. Ele foi até lá para acabar com a bagunça, armado com uma foice... Num dos raros momentos em que outra pessoa conseguiu falar, o Sr. Cosme fez uma comparação com outros assentamentos, em Paulo Marins: *“bem melhor, com entrada fechada, ruas calçadas, quadra de esporte...”*

Todos esses casos eram escutados com atenção pelos presentes enquanto aguardavam a chegada de um vereador do município de S. José de Mipibu, o sargento Dudu, do PT (eleito com 411 votos, está em seu primeiro mandato), marcada para as 15 horas. O objetivo era negociar a vinda de uma patrula a fim de recapear as ruas do núcleo do assentamento. De novo, outra rodada de conversa, não sei se para me impressionar ou ao vereador... De acordo com o Sr. Cosme, o Sr. Paulo deveria voltar a ser eleito presidente da Associação: ele tem *sensação*, querendo dizer tino para política ou também gosto, desejo, *“como quando se aprecia uma mulher bonita...”* Mas para ser presidente ou diretor, é preciso *“andar descalço, com foice ou enxada na mão, empurrando carrinho.”*

Só ali pelas 16 horas é que rolou o acerto mais “técnico”, se iam usar “piçarra” ou “metralha”, materiais de revestimento de diferentes consistências, um mais seco, outro misturado com barro; em seguida, começou a visita pelas plantações. O trajeto que fizemos – eu, Sr. Paulo e Sr. Cosme –, no carro do vereador, permitiu ver os principais cultivos: macaxeira, mandioca branca (para fazer farinha), feijão, milho, abacaxi, jerimum (abóbora).

Figura 27 e 28 – As plantações



Fonte: Arquivo pessoal

Grandes áreas, que inicialmente haviam sido destinadas ao plantio de mamoeiros, estavam desativadas, em virtude da baixa procura pelo mercado, e agora eram reaproveitadas para outros cultivos, pois permanece o antigo sistema de irrigação.

Figura 29 – Os mamoeiros



Fonte: Arquivo pessoal

As lideranças estão reivindicando cessão de máquinas de terraplenagem da prefeitura para melhorar as vias de acesso a essas áreas, por isso a conversa com o vereador, pois parece que as relações com o atual prefeito não são das melhores. O vereador prometeu as máquinas para a terça-feira seguinte.

Conclusão

O primeiro contraste entre os dois casos não está dado, como poderia supor um olhar mais convencional, de fora, entre uma situação tipicamente urbana, metropolitana, e outra rural. O que atrai o foco da observação, a partir da perspectiva “de perto e de dentro”, é a contraposição entre o caráter provisório de uma e o permanente de outra: barracos de lona *versus* sólidas casas de alvenaria; trilhas estreitas e improvisadas *versus* ruas largas e projetadas; falta de privacidade (vedação com plástico) *versus* separação (os longos muros), e assim por diante.

Tais diferenças não são episódicas, superficiais, mas respondem a um dispositivo dado pela estrutura dessas duas formas de ocupação e seu *dwelling*: “acampamento” e “assentamento”. O primeiro se caracteriza pela efemeridade: não é para durar. O que à primeira vista parece ser uma solução marcada pela precariedade – abrigos cobertos de lonas, apoiados em bambus e sobras colhidas em canteiros de obras – na verdade responde a uma exigência que pode ser descrita, com mais precisão, como “portabilidade”: quando se fala em “levantar acampamento” não se trata de mera força de expressão, posto que ele pode rapidamente ser desmontado, transferido. E se for objeto de desalojo (como nos caso de reintegração de posse), não há tanto o que perder se comparado com pertences que se adquirem e guardam em uma habitação mais permanente.

Essa característica remete às tendas dos pastores, aos acampamentos de caçadores e coletores descritos em relatos clássicos, pois corresponde a um determinado modo de vida e habitação. Basta lembrar os Nuer transumantes, na época da estiagem, descrita por Evans-Pritchard (1978 [1940]); já seu assentamento, ou se preferir, a aldeia, habitada na época das chuvas, apresenta outra morfologia, duração e sistema construtivo.

A proibição, no acampamento Copa do Povo, de equipamentos de grande porte – geladeira, fogão, máquina de lavar – no interior dos barracos –, assim como o emprego de fechaduras, cadeados, portas, na verdade também respondem a esse ditame: é uma situação provisória; da mesma forma, não se encaixam nessa lógica a criação de animais

domésticos ou o cultivo de grãos, legumes: como foi mostrado, a única horta localizava-se na área central e era de plantas medicinais, para uso coletivo.

Exatamente o contrário do que se verifica na *forma assentamento*, cuja permanência é ditada por uma temporalidade de mais longa duração, pois regulada pelo ritmo das tarefas ligadas ao preparo da terra / plantio / germinação / colheita / distribuição; a criação de animais também impõe seus próprios ciclos⁷. O mesmo se aplica às instalações, mais duradouras: o estábulo, o paiol, o muro protetor. No assentamento Vale do Lírio, chamaram atenção o aspecto sólido das edificações – as casas, os templos, a caixa d’água, o posto de saúde –, além da implantação permanente do traçado das ruas e da área plantada.

A dinâmica do acampamento permite uma circulação mais intensa de visitantes: recebe-se a imprensa, pesquisadores, estudantes, políticos, religiosos, na busca de alianças, parceiros. Alguns barracos, a que acrescentei o termo “ostentação”, servem como cartão de visita: “*vejam como, apesar de provisórios, estão bem arrumados, são aconchegantes, criativos...*”. No assentamento/aldeia, não: não se pode ir entrando *asi no más*, sem ser convidado, muito menos nas casas...

O acampamento Copa do Povo foi caracterizado como “mancha” – uma das categorias da já conhecida “família” que inclui *pedaço*, *trajeto*, *pórtico*, *circuito*⁸ –, claramente implantada na paisagem, com fronteiras bem delimitadas, mas em constantes trocas com o entorno: muitos ocupantes tomavam banho em casas da vizinhança, jogos

⁷ *Task orientation*, conforme Tim Ingold (2005, p. 324).

⁸ Para uma exposição mais pormenorizada dessa e das demais categorias da “família”, ver Magnani (2012, p. 86-98). Cabe, contudo, uma rápida revisão: *Pedaço* designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público (a rua), onde se desenvolve uma sociabilidade que instaura laços de pertencimento e exclusividade entre seus membros, em torno de determinados gostos, símbolos e práticas. *Manchas* são áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. Mais ancorada na paisagem, acolhe um número maior e mais diversificado de usuários, viabilizando possibilidades de encontro e não relações de pertencimento, como no *pedaço*: em vez da certeza, a *mancha* acena com o imprevisto, pois ainda que sejam conhecidos o padrão de gosto ou pauta de consumo aí imperantes, não se sabe ao certo o que ou quem vai se encontrar. A noção de *trajeto* aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade ou no interior das *manchas* e levam de um ponto a outro através dos *pórticos*, marcos de transição na paisagem, pois configuram passagens: já não se está no *pedaço* ou *mancha* de cá, mas ainda não se ingressou nos de lá. Finalmente, *circuito* designa o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, espaços e equipamentos que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, de forma que a sociabilidade que possibilita – por meio de encontros, comunicação e manejo de códigos – é mais diversificada e ampla que na *mancha* ou no *pedaço*.

da copa (não havia TV coletiva) eram assistidos nos bares da região, os alimentos vinham de doações.

Ademais, foi possível registrar – ainda que não acompanhar mais de perto – a existência de um *circuito* das ocupações do MTST. O acampamento Copa do Povo não estava confinado, mas ligado a um conjunto de outros, espalhados pela cidade, que eram continuamente percorridos nos *trajetos* dos militantes. E como se viu no ritual de despedida, quem não tinha para onde ir podia abrigar-se em uma das tantas ocupações em curso. Fazem também parte desse *circuito* as manifestações protagonizadas pelo MTST em vias públicas e ocupações mais pontuais como a realizada em frente à Câmara dos Vereadores por ocasião da votação do Plano Diretor Estratégico (PDE): era uma forma de pressionar a inclusão da reivindicação no PDE, então em processo de votação.

Essa caracterização como *mancha* – situada num ponto da paisagem urbana, mas fazendo parte de um *circuito* mais amplo – permite, como em outras aplicações das referidas categorias, mostrar que o movimento não era episódico, desarticulado, mas tinha uma visão global da cidade a que correspondia uma estratégia, a partir de sua perspectiva política e militante: de certa forma constituía uma “totalidade significante” (MAGNANI, 2012).

O assentamento Vale do Lírio, ao contrário, oferecia um panorama mais autocontido – não que estivesse isolado, ou não mantivesse vínculos com outras instituições de fora⁹: no entanto, a vida cotidiana transcorria, aí, com maior rotina, voltada para dentro, em contraste com a do acampamento em São Paulo, permeado por festas, encontros, visitantes, funcionários da prefeitura, vendedores, torneios de futebol, reuniões, assembleias.

O ritual de despedida do último dia foi altamente significativo pelos depoimentos emocionados, o reconhecimento de que ali se formaram vínculos – “*cada ocupação é uma escola*”; “*o sonho de cada um é o sonho de todos*”; “*seguir adiante, permanecer juntos*”; “*o MTST é uma família, outras ocupações virão, tudo depende de nós*” –, tais foram algumas das expressões nessa reunião. No dia anterior, eu já tinha registrado no caderno de campo:

⁹ Cabe ressaltar a diferença de tempo e condições da observação, nos dois casos: enquanto o processo do acampamento Copa do Povo foi acompanhado durante meses, por vários pesquisadores, o Vale do Lírio foi objeto de um dia apenas de observação e por um só pesquisador; por isso entra nesta reflexão mais como contraponto, mantendo a forma “relato de campo”.

Uma das conversas, principalmente com duas senhoras, uma mais velha e outra de uns 40 anos, girou em torno do processo de desmonte do acampamento e das saudades que ele já estava deixando: afinal, foram quatro meses de convivência e o sentimento era de que ali haviam sido estabelecidos laços de uma grande família. E que todos que se divertiram muito todo esse tempo... Uma das senhoras com quem conversei mais longamente, a mais moça, bastante loquaz, contou que é veterana em invasões/ocupações, e as diferenças entre esses dois processos foram detalhadamente explicadas, o que ficará mais claro na transcrição (Relato de Campo, J. Guilherme Magnani, 29/08/2015).

Uma linha de análise que poderá vir na continuação seria poder comparar esse quadro com a dinâmica do futuro (e esperado) conjunto residencial que deverá abrigar os atuais ocupantes: como será aí a convivência? Manter-se-á a “mística”? Aqui entraria o terceiro termo, cidade, completando a trilogia *acampamento / aldeia / cidade*, cada qual com sua forma estrutural definida. Com efeito, cada um desses termos, como desenvolvi em outro trabalho (MAGNANI, 2012), tira seu significado não de uma suposta natureza intrínseca, mas do jogo de contraposições no interior do sistema de relações com os demais termos.

Como *tipo-ideais*, essas três modalidades não devem ser tomadas numa perspectiva cronológica (e menos ainda evolutiva): para além dos inúmeros formatos e combinatórias que possam exibir, desde tempos remotos até a atualidade, devem ser definidas com base em alguns poucos elementos estruturantes, capazes de estabelecer contrapontos comparativos entre modos de vida, disposição espacial, sistemas de prestações, formas de organização social. Como resposta à necessidade de abrigo e exercício da vida em sociedade, estão preferencialmente associados a arranjos específicos – o acampamento ao nomadismo e/ou transumância, de caçadores e coletores; a aldeia ao sedentarismo de agricultores; e a cidade à fixação num território, mas como entroncamento de deslocamentos mais amplos. Se no primeiro caso a mobilidade está também associada à forma dominante de obtenção dos recursos, dispersos pelo território, no segundo esses recursos são controlados, produzidos e armazenados. Na cidade, já com divisão de trabalho de outra ordem, eles são apropriados, acumulados e redistribuídos. (MAGNANI, 2012, p. 314-315).

Assim, não se trata de um processo que necessariamente vai do simples para o mais complexo – acampamento que vira aldeia, que evolui para núcleo urbano: eles podem ser contemporâneos, podem durar enquanto permanecem as condições que lhes deram origem. Se uma determinada invasão, como no caso do Vale do Lírio, pode dar lugar à “forma assentamento”, mais estável – o acampamento Copa do Povo chegou a seu termo, foi desmontado e será substituído por outra forma, um conjunto residencial urbano.

Nesse sentido, valeria a pena ampliar o quadro comparativo incluindo novas experiências de forma a dar consistência à trilogia – seja aprimorando a descrição de seus

traços estruturais, seja incluindo outros – de modo a contar com um instrumento que permita distinguir regularidades em situações vistas como aleatórias, espontâneas, episódicas. É o que se pretende, na continuação, ao incluir outros casos: o acampamento “Cantagallo”, da etnia Shipibo em Lima, Peru; “Parque das Nações Indígenas”, no bairro Tarumã, em Manaus – formado por integrantes de vários povos indígenas amazônicos, como os Sateré, Munduruku, Mura, Miranha, Tikuna, Kambeba, Tukano, Macuxi, Baré, Kokama; outra ocupação protagonizada pelo MTST, a “Ocupação Chico Mendes”, no bairro do Morumbi, em São Paulo, e assim por diante.

Como foi indicado na introdução deste artigo, trata-se de uma perspectiva de análise no campo da Antropologia Urbana que se propõe testar categorias e conceitos desenvolvidos ao longo de pesquisas realizadas no Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP em diferentes contextos, fazendo novos experimentos, de forma a tentar ir além da conhecida oposição antropologia *na* cidade *versus* antropologia *da* cidade.

Referências

BOULOS, Guilherme. **Por que Ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem teto. São Paulo: Scortecci, 2014.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Os Nuer:** uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978 [1940]

INGOLD, Tim. **The perception of the environment.** Essays in livelihood, dwelling and skill. London/New York: Routledge, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa (1918). A socialização da sociedade. In: LOUREIRO, Isabel M. **Rosa Luxemburgo:** Vida e obra. 3. ed. Traduzido por Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MAGNANI, J. Guilherme C. **Da periferia ao centro:** trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. (Coleção Antropologia Hoje)

_____. O circuito: proposta de delimitação da categoria. **Ponto Urbe**, n. 15, 2014. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/2013>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo.** São Paulo, Companhia das Letras, 2012.